

A CONSTRUÇÃO DA PROSTITUTA EM SUJEITO POLÍTICO DE DIREITOS NA LUTA CONTRA A AIDS

*Andreia Skackauskas Vaz de Mello**

RESUMO: A pergunta que se delinea neste artigo é como, no Brasil, a autonomia política das prostitutas aparece restringida a questões vinculadas à epidemia da AIDS. A idéia da prostituta como sujeito político de direitos deve ser pensada levando em conta que não há uma concepção única sobre a prostituição feminina. Posições diferenciadas são assumidas pelo mesmo ator que pode defender a autonomia das prostitutas em um determinado momento e em outro, ignorá-las. Este artigo é resultado da pesquisa de campo realizada para a elaboração da minha dissertação para o mestrado em Sociologia, que está centrada na organização não-governamental de prostitutas Davida. Neste texto a considero como um dos atores sociais que participam em uma ação coletiva voltada para viabilizar a atuação, com autonomia, das prostitutas na esfera política.

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito Político, AIDS, Prostituição, Organização Social.

* Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas.
E-mail: andreiasack@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

No presente texto analiso como uma categoria altamente estigmatizada de mulheres se constitui como sujeito político de direitos. Refiro-me às organizações coletivas de prostitutas existentes no Brasil. Tomando como referência a organização não-governamental Davida, meu principal argumento é que parte significativa dessa constituição está associada à atuação em uma área socialmente legitimada como a prevenção da AIDS e essa relação teve efeitos ambíguos na organização do coletivo. As prostitutas foram percebidas, pela primeira vez, como sujeitos autônomos ao se tornarem importantes parceiras na luta contra a AIDS dentro do Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde. Entretanto, essa conotação se dilui quando se trata de reivindicações que não estão voltadas para a área da saúde.

No Brasil, a prostituição feminina tem sido considerada predominantemente a partir de leituras realizadas no prisma da saúde e da justiça (Teixeira, 2008). Nos últimos anos, a importante e decisiva participação dos movimentos sociais teve como efeito o surgimento de outros pontos de vista, que abordam este fenômeno na perspectiva dos direitos humanos e do trabalho.

As organizações e associações de prostitutas espalhadas pelo país se encontram, em sua grande maioria, articuladas em redes, como a Rede Brasileira de Prostitutas, de ação no âmbito nacional; e a Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo, cuja atuação tende a concentrar-se na região nordeste. Cabe mencionar que esse movimento social não tem no Brasil um caráter homogêneo. As ações dos grupos organizados de prostitutas se desenvolvem em um contexto marcado por diferentes posições frente à problemática da prostituição e, no que se refere a esses grupos, eles assumem posturas diferentes em termos dos principais pontos a serem reivindicados.

As posições divergentes aparecem principalmente em relação à discussão sobre regulação/legalização da atividade (Piscitelli, 2008). A Rede Brasileira de Prostitutas defende a regulamentação da prostituição, ou seja, aposta no reconhecimento da prostituição como profissão, em que a descriminalização da atividade e do seu entorno possa fornecer instrumentos legais capazes de

combater a exploração que sofre a prostituta¹. A Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo assume uma postura de ressalva em relação à legalização alegando que ela concederia ainda mais poder aos empresários da indústria do sexo, aumentando a vulnerabilidade das prostitutas².

Este texto está centrado nas ações da Rede Brasileira de Prostitutas por ser esta a primeira manifestação das reivindicações da categoria no país; e ainda pelo seu papel ativo junto às prostitutas na prevenção contra a AIDs. Observo que as posições e discursos analisados referem-se aos coletivos de prostitutas integrados nessa rede, particularmente, à ONG Davida, em parte, devido à ligação da liderança desta organização com a Rede.

Os princípios que regem a Rede Brasileira de Prostitutas permeiam toda a estrutura da ONG Davida e embasam a construção de um discurso que faz parte da transformação das prostitutas organizadas em um sujeito político de direitos. Meus comentários estão ancorados na pesquisa de campo realizada para a elaboração da minha dissertação para o mestrado em Sociologia³ entre julho e novembro de 2006, centrada na estrutura organizacional da ONG Davida⁴.

Neste trabalho considerarei a ONG Davida como um dos atores sociais que participam em uma ação coletiva voltada para viabilizar a atuação, com autonomia, das prostitutas na esfera política.

¹ Ver Relatório da I Consulta Nacional sobre DST/AIDs, Direitos Humanos e Prostituição. Brasília, fevereiro de 2008.

² Ver Relatório do Workshop Prostituição Feminina. Brasília, abril de 2008.

³ MELLO, Andreia Skackauskas Vaz de. *Burocratização e institucionalização das organizações de movimentos sociais*: o caso da organização de prostitutas Davida. Dissertação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

⁴ A metodologia aqui utilizada se baseia na pesquisa de campo realizada para a dissertação; e vale enfatizar, que se baseia em uma pesquisa qualitativa e possui caráter descritivo. A coleta dos dados se baseou na análise de documentos, observação direta, e principalmente, em entrevistas em profundidade. Foram entrevistados os membros da ONG Davida e da Rede Brasileira de Prostitutas no Rio de Janeiro; os membros de outras quatro organizações de prostitutas foram entrevistados na ocasião do VI Congresso Brasileiro de Prevenção das DST/AIDs, em Belo Horizonte, além de membros do Programa Nacional de DST/AIDs do Ministério da Saúde. Também foram entrevistados funcionários da Associação da Pastoral da Mulher Marginalizada de Belo Horizonte.

A idéia da prostituta como sujeito político de direitos, porém, deve ser pensada levando em conta que não há uma concepção única sobre a prostituição feminina. Ao contrário, há intensas disputas acerca do fenômeno, diferentes projetos e paradigmas. Às vezes, posições diferenciadas são assumidas pelo mesmo ator que pode defender a autonomia das prostitutas em um determinado momento e em outro tratá-las como vítimas ou delinqüentes. Dou como exemplo o caso do Estado que, ao tratar da prevenção da AIDS situa as prostitutas no lugar de sujeito de direitos, mas ao tratar do tráfico internacional de pessoas, pode simplesmente ignorar a posição dos coletivos organizados de prostitutas para discutir o assunto (Piscitelli, 2008).

A pergunta que se delineia neste artigo é como, no Brasil, a autonomia política das prostitutas aparece restringida a questões vinculadas à epidemia da AIDS? Respondo a esta pergunta considerando, na primeira parte do texto, os diferentes modelos legais nos quais se enquadra a prostituição em diversos países, para situar e entender as posições dos principais atores sociais envolvidos no debate. Depois, apresento um breve histórico da Rede Brasileira de Prostitutas e da ONG Davida, analisando sua dinâmica principalmente em relação à questão da AIDS. Finalmente, comento a relação entre a atividade de prevenção da AIDS e o discurso da construção das prostitutas enquanto sujeitos políticos de direitos.

MODELOS LEGAIS

Segundo estudiosos do fenômeno, há basicamente quatro modelos legais nos quais se enquadra a prostituição no mundo: regulamentarista, proibicionista, abolicionista e trabalhista⁵. O modelo que regulamenta a prostituição pressupõe que a prostituta deve ser controlada para servir, da melhor forma possível, seu papel social, pois se considera que a presença da prostituta é necessária para o perfeito equilíbrio social. A regulamentação se caracteriza pela tolerância oficial do Estado, que considera a prostituição um

⁵ Na prática, há diferenças nas maneiras como cada país implementa um ou outro modelo (Piscitelli, 2007).

“mal necessário” (Pernia, 2004). Para controlar a prostituição, o Estado licencia bordéis, nos quais as prostitutas estão sujeitas a várias formas de regulação, tais como exames médicos forçados (Doezema, 2000), e delimita áreas de trabalho, as conhecidas zonas de tolerância (Strack, 2002). Esta postura é assumida em países como Alemanha, Grécia, Nova Zelândia e parte da Austrália, nos quais a prostituição é permitida e regulada pelo Estado.

O modelo considerado mais repressivo é o proibicionista, adotado por países como os Estados Unidos⁶, Arábia Saudita e Tailândia. Neste modelo a prostituição é ilegal e se considera criminoso tanto quem vende como quem paga por serviços sexuais. Isto tende a conduzir as prostitutas a uma dependência total de terceiros, devido ao grau extremo de ilegalidade concedido à prostituição (Piscitelli, 2007).

Já no modelo abolicionista a ilegalidade recai sobre terceiros, como proxenetas e proprietários de bordéis, que organizam e se beneficiam da prostituição. Com isso, a atividade se torna ilegal na prática. E como consequência, este modelo acaba situando as prostitutas em um estado de ambivalência legal: podem trabalhar, mas seu trabalho permanece no âmbito do proibido, como observa Piscitelli (2007). Este modelo é o mais difundido entre os países da União Européia e na América do Sul, como Brasil e Argentina.

Segundo Doezeza (2000), o modelo abolicionista surgiu como resposta à regulamentação vinculada ao surto de doenças contagiosas na Inglaterra, em meados do século XIX. Sob o controle de leis, mulheres suspeitas de prostituição eram detidas pela polícia. Em resposta a tais atos, as feministas começaram a alegar que as prostitutas eram vítimas, que deveriam ser resgatadas ou reabilitadas, e não policiadas ou punidas. Contudo, Piscitelli (2007) argumenta que se no início do movimento abolicionista a idéia não era acabar com a prostituição, mas abolir a regulação dos bordéis nos quais se praticavam abusos contra as prostitutas; atualmente seus seguidores o converteram em um movimento contra a prostituição, por esta ser considerada a verdadeira violência contra as mulheres e seus direitos.

O modelo trabalhista tem como foco central os direitos laborais e as condições de trabalho. Reivindica-se o reconhecimento do trabalho do sexo

⁶ Com exceção do estado de Nevada.

como atividade legítima e a despenalização dos diversos aspectos da prostituição, exigindo-se que ela seja regulada por leis civis e laborais e não por leis penais (Piscitelli, 2007). São necessários, pois, leis que regulem as relações entre empregados e empregadores, esclarecendo que se trata de regular a prostituição e não as prostitutas (Chapkis, 1997). A Holanda é um exemplo de país no modelo trabalhista, pois aplica a des-penalização. Nesse país, foi aprovada uma lei, em outubro de 2000, que tirou a prostituição do âmbito delitivo, passando a ser penalizado apenas o engano ou a coerção (Piscitelli, 2007).

No marco desses modelos, segundo Piscitelli (2007), há dois grandes eixos de discussão sobre a prostituição. O discurso abolicionista e o auto-determinista servem de base de apoio a um ou outro modelo legal por correntes feministas. Ambos apresentam distintas imagens da prostituta que são tipos ideais, contando que a realidade do sexo comercial é infinitamente mais variada (Agustín, 2005). Mas são idéias importantes para compreender que as correntes feministas divergem radicalmente sobre as diversas concepções sobre a prostituição e na maneira como compreendem a sexualidade.

No discurso auto-determinista há a figura da prostituta como trabalhadora sexual, reivindicando direitos trabalhistas análogos a qualquer serviço que se presta a terceiros. Tal imagem é fruto da difusão da organização das prostitutas em movimentos sociais ao redor do mundo.

Desde meados da década de 1970, o trabalho sexual tem se tornado um fator de organização de base para mulheres, homens e transgêneros em diferentes partes do mundo (Kempadoo & Doezema, 1998)⁷. Mas é nas décadas de 1980 e 1990 que emergem os principais grupos e organizações dos direitos dos trabalhadores sexuais na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, como movimentos verdadeiramente auto-identitários dessas pessoas. Esse movimento também está presente nos países do “Terceiro Mundo” e de outros países não-ocidentais. Organizações de trabalhadoras/es do sexo agiam e se manifestavam contra injustiças, demandando direitos humanos,

⁷ Para a história do movimento de prostitutas ver também: Roberts, 1998; Chapkis, 1997; Lopes, 2006.

civis, políticos e sociais – como no Equador em 1982; no Brasil em 1987 e no Uruguai em 1988⁸.

Como parte de uma reação à alegação feminista de que toda prostituição é violência contra as mulheres, ativistas em defesa dos direitos das prostitutas passaram a alegar que uma distinção necessitava ser feita entre prostituição “voluntária”, vista como trabalho legítimo, e prostituição “forçada”, considerada como violação dos direitos humanos. Doezema (2005) afirma que não há como negar a existência de violência dentro da prática da prostituição. Contudo, de acordo com essa ativista, é necessário reconhecer que a escolha também existe nesse meio e deve ser respeitada.

A conceitualização da prostituição como trabalho tem sofrido intensa oposição. Para as correntes feministas contrárias as ideias auto-deterministas o trabalho sexual é visto como forma de sujeição da mulher ao poder do homem e ao poder do capital, pois uma mulher, por vontade própria, dificilmente exerceria o trabalho sexual. O seu ingresso nesse meio é sempre justificado por motivos sócio-econômicos: a mulher necessita do dinheiro para garantir a sua subsistência já que a sociedade não lhe oferece nenhuma alternativa (Pernia, 2004). A escolha pela prostituição seria mais bem descrita como estratégia de sobrevivência, mais do que um consentimento, pois a mulher prostituta aceita as únicas opções que lhes são oferecidas, como afirma a ativista Raymond (2003).

Nessa perspectiva, a prostituição não é vista como um trabalho escolhido pelas mulheres, mas como um fenômeno que estigmatiza e exclui as mulheres de uma vida digna. Quanto à legalização da prostituição, as feministas que atuam de acordo com o modelo abolicionista e proibicionista (Raymond, 2003; Barry, 1997) argumentam que dignificar a prostituição como trabalho não significa respeitar as mulheres, mas facilitar a vida dos empresários da indústria sexual. Uma vez que desapareçam as barreiras legais, desaparecerão

⁸ Kempadoo e Doezema (1998) também exemplificam outras atitudes, como *The Network of Sex Work Projects*, que fundado em 1991 começou a estabelecer ligações com os direitos das trabalhadoras sexuais e projetos de assistência à saúde nas regiões da Ásia e do Pacífico, criando lentamente uma verdadeira rede internacional que hoje inclui pelo menos 40 projetos diferentes nos países mais diversos ao redor do mundo.

também as barreiras éticas e sociais que impedem a mulher de ser tratada como uma mercadoria. Em outras palavras, segundo Raymond (2003), a legalização da prostituição passa uma mensagem para as novas gerações de homens de que as mulheres são mercadorias e que a prostituição é uma brincadeira sem conseqüências. Ainda, a legalização da prostituição não contribuiria para melhorar as condições de escolha das mulheres, por não oferecer a elas outra alternativa de vida.

Essas divisões de pensamento sobre a prostituição nas correntes feministas também permeiam a produção acadêmica. Se de um lado há uma literatura que condena a prostituição, há por outro, novos olhares sobre o trabalho sexual. A inovação reside em um deslocamento do posicionamento das pessoas que prestam serviços sociais que, longe de ser em vilões ou vítimas, são considerados como agentes. Nestas abordagens, segundo Piscitelli (2007), o sexo não é considerado um campo fixo de posições de gênero e poder, mas um campo de disputa.

Estas ideias são fruto do diálogo estabelecido entre prostitutas e acadêmicas que passaram a discutir e a escrever juntas a partir da década de 1990 (Kempadoo e Doezema, 1998). Essa produção contesta frontalmente o estigma vinculado à prostituição, inclusive nas abordagens feministas, afirmando a validade do trabalho sexual.

Os novos olhares sobre o trabalho sexual também proliferaram nas organizações e associações de prostitutas no Brasil. Trago como exemplo a ONG Davida, uma ativa representante da Rede Brasileira de Prostitutas, que procura transformar a imagem e o discurso da prostituição, apresentando-a como um trabalho digno. Na seção seguinte mostro como essa organização trabalha para esse fim, mas antes traço um panorama geral da imagem da prostituição feminina no Brasil.

A PROSTITUIÇÃO NO BRASIL

De acordo com os historiadores da prostituição no Brasil, o interesse que este fenômeno suscitou desde meados do século XIX entre médicos,

juristas, criminologistas, chefes de polícia, higienistas, literatos e jornalistas, esteve estritamente ligado à preocupação com a moralidade pública e, mais especificamente, com a definição dos códigos de conduta da mulher em um momento de intenso crescimento urbano industrial no Brasil. Segundo Rago (1991), embora muitos tivessem interesses filantrópicos em relação às prostitutas, a produção científica destes homens resultou em um processo de sujeição da mulher pelo raciocínio discursivo com que operavam. Construíram masculinamente a identidade da prostituta, o que significou silenciá-la e estigmatizá-la, ao mesmo tempo, que se defendiam contra a sexualidade feminina recobrando-a de imagens e metáforas assustadoras (Rago, 1991).

Dentro deste contexto, Pereira (2002) observa que nas primeiras décadas republicanas, as estórias de mulheres traficadas cumpriram o papel de aprovar leis referentes à prostituição e também serviram de justificativa para as recorrentes campanhas policiais de perseguição a cafetens e de saneamento moral de certas partes das cidades.⁹ Rago atesta que a vitimização da prostituta através da imagem da “escrava branca” reforçou a concepção da prostituição como uma “chaga moral” para a sociedade, o que levou a uma maior repressão sobre a prostituta. Pois, de acordo com o pensamento científico do século XIX, não havia espaço para aquelas que optassem pela prostituição e só poderiam ser percebidas como anomalias, “loucas morais” ou como vítimas manipuladas pelos impulsos cruéis de cafetões desalmados.

Uma crescente sofisticação para lidar com o assunto foi sendo desenvolvida com os anos até culminar na renovação do Código Penal de 1940, em que o tráfico internacional de mulheres ganhava status de uma modalidade específica¹⁰. Já em 1951, o então presidente do Brasil, Juscelino

⁹ O Código Penal de 1890 tornou o lenocínio crime, através dos artigos 277 e 278. No artigo 277 é crime: (...) “induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miséria, quer constrangendo-a por intimidações ou ameaças, a empregarem-se no tráfico da prostituição; prestar-lhes, por conta própria ou de outrem sob sua ou alheia responsabilidade, assistência, habitação e auxílios para auferir, direta ou indiretamente, lucros desta especulação”. (Rago, 1991, p. 253).

¹⁰ Segundo Pereira, o Código Penal de 1940 definia o delito de lenocínio em cinco modalidades, que incluía: mediação, favorecimento, casa de prostituição, rufianismo e tráfico de mulheres.

Kubitschek, ratificou a Convenção para a repressão do tráfico de pessoas e do lenocínio da ONU¹¹, que prevê, no seu primeiro artigo, a punição de quem induzir outra pessoa à prostituição ou de quem explore a prostituição alheia, mesmo com seu consentimento. Assim consta até hoje no Código Penal Brasileiro¹² o modelo abolicionista.

No momento atual, entre as organizações sociais brasileiras, uma das expressões do discurso abolicionista é manifestada pela Pastoral da Mulher Marginalizada, ligada à Igreja Católica. Representada por associações em quase todo o território brasileiro, a Pastoral tem por finalidade contribuir para a emancipação das mulheres marginalizadas, especialmente daquelas que ganham a vida no exercício da prostituição.

Oposta ao discurso abolicionista das associações ligadas à Pastoral da Mulher Marginalizada está a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), que centraliza organizações e associações distribuídas nas diversas regiões do país que seguem objetivos, estratégias e metas que estão afinados com o discurso auto-determinista em relação à prostituta.

A REDE BRASILEIRA DE PROSTITUTAS (RBP)

A RBP nasce no I Encontro Nacional de Prostitutas, em 1987¹³, como resultado de um esforço inicial para a mobilização da categoria das prostitutas.

¹¹ BRASIL, Decreto Legislativo n. 46.981, de 08 de outubro de 1959. Esse decreto regulamenta o Decreto de nº 6, de 11 de junho de 1958, que ratifica a Convenção para a repressão do tráfico de pessoas e do lenocínio, do Protocolo Final da ONU, de 21 de março de 1950.

¹² BRASIL, Código Penal, artigos 227 a 231.

¹³ Em julho de 1987, a Rede de Prostitutas é batizada como Rede Nacional de Prostitutas e, em 1994, seria renomeada Rede Nacional de Profissionais do Sexo. Mas, em 2004, optou-se pela substituição do Nacional por Brasileira para melhor identificar a Rede nas esferas internacionais, pois a Rede se afirmava como importante interlocutora junto a outros movimentos na América Latina. Na mesma época explodia o desconforto com relação à linguagem politicamente correta (profissionais do sexo), que tomava conta das ações de prevenção da AIDS no país. Discutiu-se, então, a afirmação simbólica do nome da Rede (Prostitutas) como forma de provocar esse debate em nível nacional. Entrevista concedida pelo assessor técnico da RBP, no dia 26 ago. 2006.

Reunindo representantes de oito capitais brasileiras, o eixo temático do Encontro foi a criação de associações que representassem efetivamente as prostitutas e a definição de estratégias conjuntas de maior eficiência para combater a violência policial, que afligia as prostitutas dos grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre¹⁴. Como consequência das discussões, o principal compromisso assumido no Encontro foi o de dar início à legalização de associações em diferentes estados.

Dessa forma, a RBP tem como missão promover a articulação política das organizações de prostitutas e o fortalecimento da identidade profissional da categoria, visando o pleno exercício da cidadania, a redução do estigma e da discriminação. A RBP pauta a agenda do coletivo de prostitutas no Brasil desde o princípio da luta contra a epidemia da AIDS, como consequência do seu trabalho pioneiro de elaboração de projetos de prevenção à AIDS para a categoria. Os projetos nacionais de prevenção e cidadania financiados pela Coordenação Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde são coordenados pela RBP, isto é, as associações e grupos alinhados a RBP¹⁵ trabalham com projetos semelhantes, que, apesar das especificidades das regiões, muitos são planejados coletivamente, como: o primeiro projeto “Previna”, de 1989, “Esquina na Noite”, de 2002, e “Sem vergonha”, de 2006. A história da organização social das prostitutas também é marcada por manifestações protagonizadas pela RBP em repúdio a práticas de testes anti-HIV compulsórios e indiscriminados, como aconteceu em 1996 e 1998.

O exemplo mais significativo do posicionamento do coletivo na agenda política de um movimento maior, como o da AIDS, pode ser expresso na crise que o governo brasileiro enfrentou com a USAID (Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional). Em abril de 2005, a USAID estabeleceu novas regras para renovar contratos assinados em 2003 que previam investimentos de US\$ 48 milhões até 2008 na área de combate ao HIV/AIDS. Para a prorrogação do acordo, marcada para setembro de 2005,

¹⁴ Disponível em <<http://www.aids.gov.br/c-geral/ong/item08.htm>>. Acesso em 30 mar. 2006.

¹⁵ Em 2006 faziam parte da RBP aproximadamente 30 organizações, de acordo com a líder da ONG Davida.

a USAID proibiu investimentos para instituições que trabalham na promoção da legalização da prostituição. Imediatamente, a RBP reagiu e o governo brasileiro, mediante decisão tomada pela Comissão Nacional de AIDS, recusou as restrições da USAID, alegando que a medida seria contrária à política do país de combate à epidemia e, assim, os contratos não foram renovados¹⁶.

Nas políticas públicas, a RBP também conseguiu avanços no que diz respeito à legislação sobre prostituição. Primeiro, com o reconhecimento da prostituição como uma atividade profissional pelo Ministério do Trabalho e Emprego, na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), em 2002. E depois, o deputado federal Fernando Gabeira apresentou, em 2003, o projeto de lei que reconhece a existência de serviços de natureza sexual, em que legaliza a profissão e tira o empresário do crime. O projeto ainda não foi aprovado, mas ajudou a levantar discussões a respeito da prostituição na sociedade civil e, especialmente, entre as prostitutas e os grupos que trabalham com estas mulheres.

A ONG DAVIDA

A história da ONG Davida, assim como a da Rede Brasileira de Prostitutas, está atrelada à história da prostituta e líder desta ONG, que ainda integrante do ISER (Instituto de Estudos da Religião), planeja o I Encontro Nacional de Prostitutas em 1987. Tal líder passa a se destacar como representante política frente à coordenação da RBP. Em 1992, perante a necessidade de se consolidar uma nova significação para a atividade da prostituição, como um trabalho, cria a ONG Davida - Prostituição, Direitos Cívicos, Saúde –, no Rio de Janeiro.

Os principais objetivos da ONG Davida não diferem da missão da Rede: assegurar o protagonismo e a visibilidade social das prostitutas; promover políticas públicas para a categoria e exercer o controle social das

¹⁶ *Revista Resposta +2005*. Ministério da Saúde, Programa Nacional de DST/AIDS. Brasília, 2005.

políticas e atividades do Estado; obter o reconhecimento legal da profissão; promover a organização da categoria, assessorando a formação de associações e capacitando suas lideranças; reduzir as vulnerabilidades da categoria, especialmente nas áreas de direito legal, saúde e segurança¹⁷.

Para alcançar esses objetivos, o Davida desenvolve atividades nas áreas de educação, saúde, comunicação e cultura, em nível local e nacional. Na área da saúde, o Davida atua diretamente em áreas de prostituição da capital, da região metropolitana fluminense e em mais de 15 cidades do Estado do Rio de Janeiro, em que são distribuídos preservativos e informativos, enfatizando a prevenção de DST e HIV/AIDS. Conhecidas como multiplicadoras de informação, dez prostitutas trabalham no contato do Davida com as profissionais de rua. Por também trabalharem nessas áreas essas mulheres estabelecem relações com seus pares, o que facilita a aproximação para a distribuição de preservativos, o repasse de informações, a solução de dúvidas e o levantamento de questões relacionadas à saúde, à estética, aos direitos civis.

O trabalho de prevenção também apresenta uma linguagem cultural, como forma de sensibilizar tanto as prostitutas, como os clientes e a comunidade em geral através de atividades artísticas, como as apresentações dos grupos “Mulheres Seresteiras” e “Cabaré da Vida”. Respectivamente, através da música e do teatro, transmitem informações, principalmente sobre a negociação do uso do preservativo com os clientes. Esses grupos são compostos pelas mesmas prostitutas que realizam o trabalho de multiplicadoras e realizam da mesma forma, uma intervenção direta na rua, uma vez que as peças são apresentadas nas áreas de prostituição.

Além dos grupos de teatro e de música, a ONG organiza o bloco carnavalesco “Unidos da Praça Tiradentes”, que sai no sábado de carnaval; e, em novembro de 2005, lançou a grife *Daspu*¹⁸, cujo destaque da coleção recai nas camisetas ativistas, e, que em junho de 2006, lançou a sua primeira coleção primavera/verão, de 2007.

¹⁷ Disponível em <<http://www.davida.org.br>> Acesso em 30 de mar. de 2006.

¹⁸ O nome satiriza a loja de luxo paulistana Daslu, frequentada, principalmente, pelas mulheres da alta sociedade brasileira.

A Daspu merece uma ênfase especial, pois, de acordo com todos os funcionários do Davida, representou um verdadeiro *boom* na vida organizacional da ONG, que, de repente, foi invadida pela imprensa internacional e ativou a discussão sobre a prostituta. Esse fato pôde ser observado, por exemplo, através das notícias que saem em *sites* de notícias do mundo todo, como foi o caso da participação da Daspu na Bienal de Arte de São Paulo, em outubro de 2006¹⁹.

Nos desfiles da Daspu, as modelos são prostitutas, algumas são multiplicadoras da ONG Davida e outras prostitutas, ou mesmo mulheres que não exercem a profissão, são convidadas nas próprias cidades onde se realizam os desfiles²⁰. Para o assessor de imprensa do Davida, a Daspu conseguiu dar visibilidade ao movimento de prostitutas, ao mesmo tempo, essa visibilidade fez com que a prostituta fosse mais aceita por outros setores da sociedade, ou seja, fez com que “o movimento se incorporasse mais fortemente na sociedade, fica mais claro quais são as reivindicações, quais são as idéias do movimento, ajuda muito na questão do preconceito”²¹. A esse respeito, a própria líder, que é a diretora executiva do grupo Davida, se impressiona com o tamanho da visibilidade e da discussão que a Daspu gerou sobre o movimento. Ela afirma que, durante anos, se habituou a ter discussões acaloradas a respeito de posições a favor e contra a prostituição, mas a Daspu, segundo ela, só gerou elogios. A mudança está, sobretudo, segundo a coordenadora de projetos da ONG, na forma como as pessoas passam a encarar a prostituição: “a gente pode tá sentada aqui e a universidade vir, tá interessada pelo tema, isso já é uma mudança, né? Se você dá uma ré, você não era tratado como um assunto de interesse (...)”. E completa: “as relações,

¹⁹ Fonte: alerta da Web do Google sobre Daspu e Davida. Uma vez que a notícia é publicada em algum *site*, o mesmo artigo se propaga para outros *sites* do mundo.

²⁰ Os desfiles da grife Daspu se realizam nos lugares mais inusitados, como na Avenida Augusta em São Paulo em 2006; no VI Congresso Brasileiro de Prevenção das DST/AIDS, em Belo Horizonte em 2006; na região central de baixo meretrício de Belo Horizonte na ocasião do dito Congresso em 2006; além, é claro, de participarem da *Fashion Week* em São Paulo e no Rio de Janeiro desde sua criação.

²¹ Entrevista em 27 jul. 2006, na sede da ONG Davida, no Rio de Janeiro.

elas não mudam de uma hora pra outra; os preconceitos, eles não deixam de existir. Agora sim, eles estão deflagrados, as pessoas descobrem que aquilo é preconceito, antes as pessoas achavam que era correto”²².

A diretora executiva do Davida também acredita que a Daspu despertou um outro interesse por parte das prostitutas com a organização. E além do que, ela enfatizou a mudança na forma de se ver a prostituta hoje em dia, transformada em algo *cult*: “antigamente, sair no jornal era uma tristeza pra qualquer prostituta, tem toda a história da vida dupla. Hoje não, saiu no jornal desfilando pela Daspu todo mundo adora”.

Assim, além de estimular a auto-percepção positiva das prostitutas e promover a visibilidade do coletivo, como negócio, a Daspu surge com o intuito de tornar um parceiro financeiro fixo da ONG e, futuramente, gerar financiamentos para outras associações de prostitutas espalhadas pelo Brasil²³. Contudo, alerta o assessor de imprensa da ONG, se a Daspu estiver dissociada do Davida, ela não faz sentido, pois a Daspu é a associação da causa com o negócio.

Na área de comunicação, o Davida publica o jornal e *site Beijo da Rua*, que fala de saúde, cidadania e legislação. A ONG ainda tem em andamento um projeto para o Centro de Memória – um arquivo de acesso público sobre a prostituição no Brasil e no mundo. Observa-se que as idéias e atividades assumidas pelo Davida representam, na verdade, a identidade que liga a ONG à organização social das prostitutas. A ênfase está nos limites estreitos estabelecidos entre o Davida e a Rede Brasileira de Prostitutas explicados pela liderança da ONG que responde politicamente pela Rede, tanto pessoalmente como através da sua organização.

Destarte, quando essa líder funda a ONG Davida, ela não é apenas uma liderança administrativa de uma nova organização, pois consegue, além disso, transformar a ONG em um foco estratégico de articulação da rede social. Neste sentido, na medida em que a ONG Davida se torna mais legítima, estável, visível, eficiente, isto só pode representar benefícios para o coletivo de

²² Entrevista em 24 jul. 2006 na sede da ONG Davida, no Rio de Janeiro.

²³ Entrevista com a diretora executiva da ONG Davida, em 4 nov. 2006, no VI Congresso Brasileiro de Prevenções DST/AIDS, em Belo Horizonte.

prostitutas, que também se torna cada vez mais legítimo, estável, visível e eficiente. Exemplo maior é a criação da Daspu, que gerou uma repercussão importante para a política das organizações de prostitutas. A Daspu não surge para ser apenas uma novidade cultural, mas para tentar enfrentar e denunciar o estigma presente na sociedade, e, ainda, reforçar e expandir o protagonismo da mulher profissional do sexo, já defendido pela Rede Brasileira de Prostitutas na luta contra a AIDS.

A AIDS E O SUJEITO POLÍTICO

A atividade de prevenção das DST/AIDS representa o fator norteador das ações e das estruturas das organizações que fazem parte da Rede Brasileira de Prostitutas. Assim como nos outros membros da RBP, a atividade que recebe mais recursos no Davida é o trabalho com as multiplicadoras de informação sobre a prevenção da AIDS, que era financiado, no momento da pesquisa, exclusivamente pelo Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde através do projeto “Sem vergonha”, de 2006.

O processo de formalização da atividade de prevenção, de certa forma, responde à pressão do Estado, que, no seu papel de única fonte de recursos das organizações da RBP, cria controles capazes de gerar processos homogêneos ou estruturas relativamente semelhantes. Desde que respeite as especificidades e necessidades de cada região e organização, as organizações da RBP adotam os mesmos elementos na elaboração, desenvolvimento e aplicação das atividades de prevenção de DST/AIDS. Isso tem gerado à RBP e às suas organizações legitimidade e auto-preservação, na medida em que o trabalho passa a ser reconhecido não apenas pelos órgãos de saúde do Estado como também por agências de desenvolvimento da ONU, como, por exemplo, a UNESCO e o UNODC²⁴. Além disso, garante o financiamento para a manutenção do trabalho das organizações.

²⁴ Observação do material coletado no trabalho de campo, como *folders* e jornais *Beijo da Rua*. UNODC é o escritório contra drogas e crimes das Nações Unidas e é co-patrocinador do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS.

A partir da análise dos tipos de encontros, seminários, conferências de que a ONG Davida ou de que sua liderança tem participado em nome da RBP, pôde-se observar o maior contato do movimento de prostitutas com segmentos públicos nas áreas da saúde²⁵. Não obstante, as relações que se estabelecem nessas áreas não se estendem a todas as discussões levantadas pelas organizações de prostitutas, como exemplifica a ausência dos ministros – até mesmo do Ministério da Saúde – no lançamento do projeto de lei do deputado Gabeira, conforme destaca a líder do Davida²⁶. Deve-se enfatizar a fala de um membro do Programa Nacional de DST/AIDS: segundo ele, esse Programa entende que a discussão da prostituição – em que a profissional do sexo é vista como sujeito autônomo – está no nível da epidemia do HIV, ainda que não seja essa a visão adotada por todo o Ministério da Saúde²⁷.

Percebe-se, assim, que a legitimidade da ONG Davida e a da RBP se circunscrevem a determinadas áreas. Todavia, com a Daspu, outras áreas têm sido estimuladas a aceitar a prostituta como sujeito autônomo. No entanto, a questão é que, mesmo que a RBP queira se desvencilhar do histórico de atuação no campo do combate à epidemia da AIDS, esta constitui seu principal campo organizacional. É nela, portanto, que a ONG Davida encontra seus financiadores e fornecedores, os consumidores de suas atividades para a educação preventiva e encontra, ainda, outras organizações, que não são necessariamente as de prostitutas, mas que produzem serviços e atividades similares. Em outras palavras, é no contexto da epidemia da AIDS que o coletivo social consegue se situar como um sujeito político de direito.

Mas e a prostituta enquanto indivíduo? O que a epidemia da AIDS representa para a construção de sua imagem como trabalhadora dotada de direitos?

²⁵ A líder do Davida é representante da América Latina e do Caribe no Conselho de Coordenação, do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS). Em maio de 2006 esteve na Assembléia Geral da ONU, em Nova York, quando foram avaliados os avanços e retrocessos no combate à AIDS.

²⁶ Entrevista em 7 nov. 2006, no VI Congresso Brasileiro de Prevenção das DST/AIDS, em Belo Horizonte.

²⁷ Entrevista em 7 nov. 2006, no VI Congresso Brasileiro de Prevenção das DST/AIDS, em Belo Horizonte.

A vinculação da AIDS à imagem social de marginalidade, de desvio e transgressão por parte dos discursos articulados por técnicos da saúde, assim como as políticas formuladas para a prevenção, tornam a prostituta – entre outros agentes – responsável pela transmissão do vírus. Segundo Medeiros (2000), os discursos se articulam através de saberes autoritários e absolutos, que, postos como verdades legítimas, garantem uma maneira utilitária de execução do poder. As políticas, então, são elaboradas e executadas de forma global sobre a vida das pessoas, sem importar a especificidade dos significados simbólicos dos diferentes contextos nem os padrões culturais de cada comunidade. Nesse sentido, são definidas medidas únicas de intervenção, como o caso específico da implantação universal do uso do preservativo nas relações sexuais (Medeiros, 2000).

Para as prostitutas, o preservativo é reconhecido como um instrumento valioso para o seu ofício, pois representa uma forma de estabelecerem um limite simbólico nas relações comerciais, ou seja, de estabelecerem uma relação de trabalho com o cliente, como observou Medeiros em sua pesquisa de campo com prostitutas em Barcelona. Representa também uma inversão da posição social das prostitutas, pois, ao manterem o corpo limpo e sano, protegido de enfermidades (o que contraria a imagem da prostituição criada pela sociedade), posiciona o cliente no lugar do doente, sujo e suspeito (imagem criada pela prostituta). Contudo, na opinião de Medeiros, o feito – mecânico e simples – de “colocar o preservativo” reforça o modelo de controle e do adestramento sexual, através de “técnicas” sofisticadas e apropriadas, com o objetivo de vigiar a sexualidade das pessoas.

Em outro momento, quando as prostitutas recebem capacitação para agirem como multiplicadoras de informação, não mais se consideram como profissionais do sexo, mas como agentes de saúde para a prevenção da AIDS (Brasil, 2002). Neste sentido, as prostitutas deixam de ser companheiras e passam a ser público-alvo do projeto, enquanto as monitoras ou agentes de saúde passam a fazer parte de outra categoria profissional, o que, para o sistema econômico, representaria uma mão-de-obra barata, pois, na maioria dos casos, trabalham sem receber nenhum tipo de gratificação. Ou recebem uma gratificação simbólica, muito abaixo do valor de mercado, de acordo

com Medeiros. Deve ser enfatizado que o saber técnico confere às multiplicadoras um poder “aparente” dentro de sua comunidade e um *status* de agente sanitário, “equiparando-as” aos demais profissionais do campo da saúde (Medeiros, 2000).

Por fim, parece pertinente fazer uma relação entre a noção de sujeito de Brah (2006) e as idéias exploradas aqui. A epidemia da AIDS representa para a constituição da prostituta em sujeito político um processo simultâneo através do qual o sujeito adquire significados em suas relações sociais e culturais no mesmo momento em que atribui significado dando sentido a essas relações na sua vida cotidiana. Em outras palavras, como a prostituta percebe ou concebe o fenômeno da epidemia varia segundo como “ela” é culturalmente construída. O que leva ao fato da imagem da prostituta enquanto sujeito não existir sempre como um dado, mas é produzida nos discursos, nas instituições e práticas sociais e políticas.

CONCLUINDO

Evidencia-se que no contexto da prostituição feminina há relações marcadas por diferentes momentos de ruptura e continuidade, simultâneas, que têm impactos diversos. Por um lado, permite a criação de um sujeito coletivo com capacidade de vocalizar suas demandas, como é o caso na questão da epidemia da AIDS; e de outro continuam sendo desconsideradas, quando o assunto é a legalização da prostituição no país ou o tráfico internacional de pessoas. O que se percebe, então, é o clima de tolerância que existe sobre a prostituição, que passa a ser melhor incluída no cenário nacional, mas não as prostitutas, alvo permanente de violência e preconceitos.

Esta distinção está ancorada nos diferentes modelos legais e projetos acerca da prostituição feminina. As disputas que cercam a concepção da prostituição atingem não apenas ações dos Estados ou de organizações sociais, mas inclusive influencia a imagem que a própria prostituta tem de si mesma. Vimos que a prostituta é transformada – de transmissora a agente multiplicador – pelas relações de poder envolvidas na área da prevenção da epidemia; por

outro lado, o coletivo de prostitutas consegue modificar o seu ambiente quando se faz ouvir pelos outros atores – como o Estado e organizações internacionais – e influencia suas decisões. O coletivo das prostitutas é produzido enquanto sujeito de direitos dentro das suas relações na área da epidemia, e ao mesmo tempo, se produz nesta. Em outras palavras, a constituição da prostituta como sujeito político pode ser o efeito de discursos, instituições e práticas, mas a qualquer momento este sujeito experimenta a si mesmo como o “eu” e também lhes dá significado.

Finalmente, na medida em que a imagem da prostituta é construída socialmente ao se alterar as maneiras como as prostitutas são percebidas seria possível mudar o espaço social por elas ocupado. Mas por que quando a discussão não se refere à epidemia as próprias organizações não se entendem quanto aos significados referentes às prostitutas? Não que os significados sejam os mesmos sempre na questão da AIDS, como se constata na representação da prostituta que se assume enquanto agente de saúde ao invés de profissional do sexo. Neste sentido, a transformação destas mulheres em sujeito político exigiria o estabelecimento de um laço social capaz de uni-las, apesar das diferenças? Ou a essência do movimento estaria justamente na sua heterogeneidade? E o que isto implica? Estas são reflexões a serem consideradas em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUSTÍN, Laura M. La industria del sexo, los migrantes y la familia europea. In: *Cadernos Pagú*. Campinas, n. 25, p. 153-184, 2005.
- BARRY, Kathleen. Prostitution of sexuality: a cause for new international human rights. In: *Journal of Loss and Trauma*, 2:1, p. 27-48, 1997.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e AIDS. *Profissionais do sexo*: documento referencial

para ações de prevenção das DST e da AIDS. Brasília: Ministério da Saúde, Série Manuais, n. 47, 2002.

CHAPKIS, Wendy. *Live sex acts: women performing erotic labour*. Routledge: New York, 1997.

DOEZEMA, J. Loose women or Lost women? The re-emergence of myth of “white slavery” in contemporary discourses of “trafficking in women”. In: *Gender Issues*, vol.18, n.1, p. 23-50, 2000.

..... Now you see her, now you don't: sex workers at the UN Trafficking Protocol Negotiations. In: *Social & Legal Studies*. London: SAGE Publications, vol. 14, n. 1, pp.61-89, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

KEMPADOO, Kamala e Doezema, Jo. *Global sex worker: rights, resistance, and redefinition*. Introduction. Routledge: New York, 1998.

LOPES, Ana. *Trabalhadores do sexo, uni-vos!* Organização laboral na indústria do sexo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006.

MEDEIROS, Regina de Paula. *Fantasia y realidad en la prostitución: SIDA, prácticas sexuales y uso de preservativos*. Barcelona: Virus editorial, 2000.

PEREIRA, Cristina Schettini. “*Que tenhas teu corpo*”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas (1889-1930). Campinas, 2002. Tese. (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. PERNIA, Nury. Feminismo y su relación con la prostitución. In: *Revista Aportes Andinos*, n. 11, 2004. Disponível em <<http://www.uasb.edu.ec/padh>>. Acesso em 02 nov. 2006.

PISCITELLI, Adriana. Entre as “máfias” e a “ajuda”: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 31, julho-dezembro de 2008.

- _____. Prostituição e trabalho. In: *Transformando a relação trabalho e cidadania: produção, reprodução e sexualidade*. Organizadoras: COSTA, Albertina; SOARES, Vera Lúcia et al. São Paulo, pp. 183-195, 2007.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- RAYMOND, Janice. Não à legalização da prostituição – 10 razões para a prostituição não ser legalizada. CATW – Coalizão contra o tráfico internacional de mulheres, 2003. Disponível em <<http://www.catwinternational.org>>. Acesso em 02 nov. 2006.
- ROBERTS, Nickie. *As prostitutas na história*. Rio de Janeiro: Record – Rosa dos Tempos, 1998.
- STRACK, Friederike. Nova lei confunde alemãs. In: *Jornal Beijo da Rua*, Rio de Janeiro, p. 4, abr. 2002.
- TEIXEIRA, Marlene. *Relatório do Workshop Prostituição Feminina*. Brasília, abril de 2008.